

Questões de método

PEDRO GEORGE

RESUMO

Através da importância dada à problemática do método na praxis, por três pensadores/filósofos do século XX (Sartre, Le-febvre e Popper) tenta-se encontrar em personagens influentes no campo da urbanização (Hipodamus, Manuel da Maia, Nash, Haussmann, L'Enfant, Cerdá) e nas suas obras a importância das questões de método e a forma como são abordadas por esses urbanizadores/autores.

O desenvolvimento do tema em outras obras do mesmo setor, abrangendo também as contemporâneas, fica por fazer, como ficam também as mesmas questões no âmbito do projeto (urbano e arquitetónico) bem como do seu ensino (este sim o objetivo último...!); noutra oportunidade voltaremos a este assunto.

PALAVRAS-CHAVE

Método · Conhecimento ·
Praxis · História · Urbanização ·
Urbanismo · Planeamento Urbano

ABSTRACT

Through the importance given to the problems of method and praxis by three XX-th century philosophers (Sartre, Lefebvre and Popper) we try to find, in influential actors in the urbanization field (Hipodamus, Manuel da Maia, Nash, Hausmann, L'Enfant, Cerdá) as well as in their works, the importance of methodological issues and how these questions are handled by these urbanizers/authors.

The development of this theme in other instances in this same sector, covering the contemporary works as well, is left untouched, as is the treatment of this question in the context of project work (urban and architectural) and their teaching (this latter being the ultimate goal!) We will come back to this matter in some other opportunity.

KEYWORDS

Method · Knowledge · Praxis ·
History · Urbanization ·
Urbanism · Urban Planning

Questões de método

PEDRO GEORGE

Professor Associado

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Em Homenagem a Jean-Paul Sartre (1905-1980),
Henri Lefebvre (1901-1991) e Karl Popper (1902-1994).

Em 1957, um ano passado sobre o “problema” húngaro, Jean-Paul Sartre desfe-
re uma violenta crítica à metodologia marxista vigente, de pendor claramente
dogmático e estalinista, defendida pelos intelectuais ligados ao Partido Comu-
nista Francês e por este politicamente posta em prática. Consumava-se a sua ru-
tura com o dito, ao qual Jean-Paul Sartre acabaria por virar as costas sem, no en-
tanto, renegar o marxismo, pelo contrário, tentando humanizá-lo e expandi-lo.

O essencial da crítica, apresentada no longo artigo com o título em epí-
grafe, versava sobre a inflexibilidade dogmática e cristalizada dessa versão
do materialismo dialético, enquanto método de compreensão e ação sobre a
realidade social, e a sua incapacidade em lidar com o diverso e com o ser hu-
mano na sua existência concreta. No respeitante ao método, Jean-Paul Sartre
parte de uma contribuição inicial de Henri Lefebvre (inserida no artigo “*Pers-
pectives de sociologie rurale*” dos Cahiers de Sociologie, em 1953) na qual é
proposto um método simples, “composto por vários momentos:

- › *i.* Descritivo – observação, mas com olhar informado pela experiência e por uma teoria geral...
- › *ii.* Analítico-regressivo – análise da realidade; esforço para uma datação exata...
- › *iii.* Histórico-genético – esforço para reencontrar o presente, mas elucidado, compreendido, explicado.”

Adotada esta contribuição, amplamente creditada e saudada, Jean-Paul Sartre propõe uma versão inicial do método progressivo-regressivo, cujo desenvol-
vimento levará a cabo na sua obra “Critique de la Raison Dialectique” começa-
da logo em 1958 e publicada em 1960.

Era, afinal, uma questão de método.

Nesta época (pós 2ª Grande Guerra) também o citado Henri Lefebvre, cujo contributo para o nosso campo de atuação específico virá a concretizar-se alguns anos mais tarde, tinha já abordado (como se viu acima) questões metodológicas sob um ponto de vista materialista dialético não ortodoxo. A sua obra “Logique Formelle Logique Dialectique” (1946) era a introdução a uma vasta e ambiciosa indagação coletiva (oito tomos!), sobre a aplicação e interação do materialismo dialético com a teoria do conhecimento, com a filosofia, com as artes e com o devir humano. O segundo tomo, “Méthodologie des Sciences”, que tinha chegado ao estado de provas tipográficas para rever, teve, em 1947, a sua publicação adiada *sine die* por ordem e motivos partidários. Só em 2002 viu a luz do dia.

Por razões políticas, que o próprio Lefebvre considerou “duvidosas”, o projeto abortou. Mas o trabalho deste autor na tentativa de ampliar o pensamento marxista e sua metodologia em direção à inclusão de novos campos de análise (e de praxis para a alteração) das relações sociais, com recurso a metodologias de investigação atuais, à data, continua e concretiza-se na sua “Critique de la Vie Quotidienne I – Introduction” e “II – Fondements d’une Sociologie de la Quotidienneté” publicadas respetivamente em 1947 e 1961.

É seguramente a partir da problemática da vida quotidiana enquanto contentora e manifestante das relações sociais na nossa sociedade de capitalismo avançado (e com o conceito de alienação colocado por Lefebvre como eixo condutor da análise) que o autor se “encontra” com as questões espaciais/urbanas e o papel que estas desempenham nesse campo de análise; a força e a importância de ambas (questões e papel) leva-lo-á ao desenvolvimento do resto da sua obra, dedicado, na quase totalidade (sem esquecer o monumental trabalho sobre o Estado), à temática que nos é mais próxima: o urbano, o espaço, as relações sociais não restritas à produção, a sociedade, o ser humano.

Paralelamente a estes contributos e também no pós-2ª GG, mas sem qualquer diálogo ou contatos aparentes com os autores e obras anteriormente mencionados, Karl Popper desenvolve, na Inglaterra, uma corrente de pensamento sobre a ciência e a sua evolução. O núcleo do seu pensamento estava já explicitado desde 1934, na obra com o título “Logik der Forschung” (Lógica da Descoberta Científica). Talvez pelo contexto da época (não só a ascensão do nazismo que levou à imigração do autor para a Nova-Zelândia, mas também a prevalência do positivismo vienense na intelectualidade vigente), o fato é que o livro passou quase despercebido e as ideias nele contidas só vieram

a exercer a sua plena influência após Popper ter emigrado para Inglaterra, depois do final da guerra. O seu livro foi revisto e reeditado em 1959. Nele, Popper teoriza a evolução da ciência ao mesmo tempo que critica e descarta o método da indução empirista (de Berkeley, Bacon e Hume) como metodologia da ciência. A existência de um problema é colocada como elemento despolegador de todos os novos ciclos evolutivos de produção científica, por exigir a formulação de novas e mais amplas hipóteses explicativas. Estas consolidam-se mediante testes (tão severos quanto possível) em interação com uma base empírica selecionada e organizada em função da problemática abordada. O objetivo destes testes não é verificar a veracidade da hipótese (caso em que esta será meramente consolidada), mas sim refutá-la, estabelecendo novo problema, novas e mais amplas hipóteses e assim recomeçando o ciclo sem fim da produção do conhecimento. Propõe e sublinha o autor que as hipóteses (mesmo aquelas com estatuto de teorias ou mesmo “leis”) devem ser refutáveis sob pena de não poderem ser consideradas ciência e sim metafísica (sem qualquer conotação pejorativa). Estabelece assim o critério de demarcação da ciência, mas não do significado ou sentido.

Popper, muito embora considere a metodologia científica operacional extremamente importante, não procura estabelecer uma metodologia, mas sim, através de uma compreensão profunda dos processos de evolução da ciência, uma teoria dos métodos científicos, uma teoria do conhecimento, uma epistemologia. Entretanto, no âmago dessa tentativa, o seu relato do processo de produção da ciência e do conhecimento é de tal forma inspirador que serve de modelo e guia para a condução da investigação científica e, como tal, pode erigir-se em metodologia, que ele próprio denomina como “hipotético-dedutiva”.

Nos seus escritos sobre a sociedade e os processos socio-políticos Popper, num movimento algo ingênuo face à complexidade das lutas de interesses no seio do capitalismo avançado, transpõe para esse âmbito os princípios da racionalidade, da argumentação lógica, da honestidade intelectual, da liberdade individual e de expressão, deles fazendo diretrizes de organização social, como se a luta política de uma ciência se tratasse; o seu ideário político, profundamente liberal, teve influência marcante no pensamento político da social-democracia britânica do pós-guerra.

A eleição destas três personalidades como estandartes da problemática do método, num universo de tantas mais, tem a ver com afinidades pessoais referentes à natureza indagativa e questionadora de cada uma delas (a coincidência



de todos terem sido membros dos Partidos Comunistas locais, chocando mais tarde com a ortodoxia vigente, é disso exemplo), mas deve-se sobretudo à manifestação explícita que fazem da sua preocupação com esse mesmo campo, sob pontos de vista diversos mas com um denominador comum, qual seja o de relacionar as suas indagações e a sua praxis com o método que as orienta.

Não se trata aqui de comentar ou avaliar o conteúdo das questões colocadas, mas apenas destacar que a linha de pensamento destes autores sempre teve que ver com o método, e, assim, simbolicamente, chamar a atenção para o fato das questões de método estarem inevitavelmente presentes na ação e no pensamento humanos, desde os níveis de abstração mais elevados e com conseqüências mais densas até às atividades mais corriqueiras e vulgares. Por vezes essas questões estão explicitadas, pensadas, enunciadas, noutras apenas se intuem e subjazem implicitamente.

Esta característica está, ou deve estar, também presente em todos os que, inseridos que estão no seu interior, fazem parte do esforço coletivo que tenta intervir no processo de urbanização para resolver as suas contradições, torná-lo mais justo e humano e não exclusivamente um meio de circulação e acumulação de capital.

A História, e no nosso âmbito de atividade em particular, a história dos estamentos espaciais da humanidade, fornece-nos múltiplas instâncias de reflexão sobre esta matéria. Não é nossa pretensão mapear e descrever o processo de urbanização como um todo, mas olhando o desenrolar desse processo é possível identificar algumas instâncias que parecem adequadas e passíveis deste tipo de reflexão.

O sobrevoio da História constata, desde logo, a tendência inexoravelmente crescente da urbanização que acompanha o ser humano até hoje (em 2010 os dados das Nações Unidas davam 50% da população como urbana e 75% prevista em 2050).

Centremo-nos no fluxo civilizacional que é o nosso, o da Europa mediterrânica e do norte, médio-oriente, norte de África. Assistimos à formação de aglomerados urbanos desde os tempos do neolítico, evoluindo sob formas de crescente complexidade mas mantendo características ininterruptas e identitárias: a densidade física e logo social, corolário do coletivo, as atividades e os consequentes usos do solo residencial, político e comercial, a armazenagem de bens materiais, mas sobretudo de memória, tanto operacional como cultural e civilizacional, e, sempre, o urbano como lugar geográfico de acumulação de valor, capital sob formas físicas, materializado em ... tudo!

Çhatal-Huiuk, Jericó e outros aglomerados na Anatólia e próximo oriente foram (há 10.000 anos) o testemunho dessa imparável tendência. Sedentarização possível pelo advento da agricultura e correlato decréscimo do nomadismo, urbanização necessária pelo pendor coletivo das necessidades psicossociais do ser humano e posteriormente das suas capacidades produtivas, criadoras de excedente passível de ser trocado. As trocas comerciais da época indiciam até a presença de uma importante rede comercial e urbana no médio-orientes desses tempos (8.000 a 5.000 anos a. C.).

Assiste-se ao processo de urbanização de longuíssima duração, constituído por pequenas parcelas incrementais e crescimento orgânico, mas também por acontecimentos espaciais que revelam atitudes propositivas e composição formal refletida (ou seja, com um embrião de método ainda que implícito). Esta forma de urbanização resultante dos dois modos de fazer vai-se acumulando, sendo por vezes assolada, com maior virulência, por transformações estruturais profundas (terramotos, erupções vulcânicas, guerras, convulsões políticas e económicas, doenças), indo estas desembocar noutra ciclo de desenvolvimento e urbanização.

Sabe-se pouco sobre o período anterior a 3.000 antes de Cristo. É nesse milénio que começam, com presença arqueológica, os registos materiais e a produção de cerâmica, têxteis e construção civil, mais tarde a escrita; antes, existem cidades, aglomerados urbanos com 10/20.000 pessoas, e a arqueologia dá-nos a ideia de que neles coexistem, em termos de urbanização, processos paralelos ou integrados das duas naturezas: a evolução orgânica incremental (método que se funde com o próprio fazer ancestral e instintivo, acumulando inúmeras operações, pequenas e grandes) e a obra planeada manifestadora de propósito (com método implícito, não registado ou, pelo menos, de que ainda não foram descobertos registos...). Mencionaremos as ruas retilíneas de alguns aglomerados sumérios e da Índia (Mohenjo-Daro), Kahun no Egipto, Babilónia e a sua planta em quadrícula e outras cidades também com plantas semelhantes nas civilizações mediterrâneas (creto-minóica, grega, etruscas).

Provavelmente, em termos de método, predominou inicialmente o funcionamento exclusivo do planeamento orgânico tipificado por Mumford (sequência cumulativa de ocorrências espaciais discretas, de médio ou pequeno porte, individuais, cumprindo regras não explícitas, embutidas na tradição milenar da civilização) mas a ocorrência do ato refletido e intencional, planeado metodicamente foi gradualmente crescendo até proporções que o tornaram referência incontornável.

Um desses momentos é, sem margem para dúvida, o século V a. C. e a figura de Hipodamus (aprox. 498-408 a. C.). Com efeito ocorrem nesse século pelo menos quatro importantes acontecimentos que manifestam uma atuação urbanística num patamar metodológico elevado, expresso por um traçado em retícula ortogonal: a reconstrução de Mileto (Jónia-Turquia, em 479 a. C., após a destruição pelos persas de Dário I, em 494), a expansão da cidade portuária do Pireu (perto de Atenas, entre 460-450), a fundação e construção de Túrios, (colónia grega na península itálica, em 443) e a expansão unindo três pequenos núcleos urbanos para fundação da cidade de Rodes (em 408-402). A datação é sempre aproximada e deixa margem para dúvidas. O maior ou menor grau da contribuição de Hipodamus para a conceção destes aglomerados tem dado azo a acesos debates. Parece incontestável não ter sido ele “inventor” do traçado que leva o seu nome, visto haver já, nos séculos imediatamente anteriores, bastantes exemplos de urbes baseadas em traçados ortogonais. O estudioso espanhol José Luis Menendez fazendo uma compilação de fontes e datando acontecimentos no período de vida de Hipodamus (num artigo de 1997), conclui que este poderá ter participado, ainda jovem e em papel sem relevância técnica, na reconstrução de Mileto, que dirigiu efetivamente a expansão do Pireu, que terá estado presente em Turios mas nenhuma fonte lhe credita, ou sequer menciona, qualquer contribuição para o delinear da cidade, sendo no entanto uma possibilidade, e quanto a Rhodes as datas da sua morte e do início dos trabalhos de expansão tornam altamente improvável a sua participação nos mesmos. No entanto, já em 460(?), gozava de prestígio suficiente para ser convidado pelas autoridades de Atenas (Címon ou Péricles) para delinear e dirigir a renovação e expansão do Pireu (a única instância em que parece haver concordância sobre a sua atuação entre os estudiosos -- incluindo Aristóteles, que no 2º Livro 8ª Parte da sua “Política” o proclama “aquele que inventou a arte de planear cidades” e menciona o Pireu como obra sua).

Pode-se conjecturar o seguinte, na linha de Menendez: Hipodamus, graças às suas capacidades intelectuais e curiosidade infatigável (ver Aristóteles), participa na reconstrução de Mileto (494 a. C.) enquanto jovem (20 a 25 anos de idade). Nessa empresa monumental (por outros dirigida) ganha experiência e motivação, desenvolvendo os seus conhecimentos sobre urbanismo. Torna-se um estudioso de várias especialidades (filosofia, política, geografia, geometria, urbanismo). Ao interessar-se pelas questões da urbanização, com base na experiência de Mileto, trabalhada e teorizada com a ajuda das outras disciplinas que estudou, consegue codificar a *posteriori* e, hipotetizamos nós,

escrever/desenhar, quase necessariamente, o que terá sido, o primeiro tratado urbanístico da história humana...!

Aristóteles, cronologicamente, não o pode ter conhecido e só poderia saber das suas teorias por as ter lido, não parecendo verosímil, pela forma do seu escrito (na “Política”, 2º Livro, 8ª Parte), que delas tivesse conhecimento por relatos de terceiros, por muito minuciosos que fossem...! No entanto menciona-o, não em sede de análise da sua metodologia urbanística, mas como estudioso das formas de governação, que Hipodamus entretece com a forma física da pólis e do seu “hinterland” (antes do tempo). Seria possível, nesses escritos, até agora não aparecidos ou desaparecidos, estabelecer um método de atuação, com âmbito mais generalista, determinando várias coisas, muito para lá do traçado ortogonal dos arruamentos da urbe: um zonamento geral do solo em 3 classes (solo sagrado, solo público, solo privado) correspondendo a 3 classes sociais (soldados, artesãos e lavradores), uma hierarquia viária com perfis transversais de 5 a 10 metros e edificação marginal com dois pisos, cálculos sobre abastecimento e escoamento hidráulico, bem como um tamanho populacional para a cidade ideal, de 10.000 cidadãos, ou seja (com mulheres, escravos, estrangeiros e despossuídos – que não contavam...) 50.000 pessoas.

Hipodamus, hipotetizamos, estabeleceu e escreveu um método geral de urbanização; esse trabalho foi bem aceite e a sua popularidade chega aos ouvidos e à vista das autoridades de Atenas. Posteriormente é feita a encomenda...

Nada explica (fora a hipótese aventada) o sucesso e fama do urbanista, suficiente para ser escolhido pelos Atenienses para dirigir os trabalhos, de suma importância militar e estratégica, da expansão e modernização do porto e aglomerado do Pireu. A possibilidade dessa fama existir apenas por relatos de terceiros é pouco credível, dado esses relatos não terem o que relatar, a não ser a participação, sem importância de maior, na equipa que reconstruiu Mileto.

Se Hipodamus foi, ou não, “autor” dos planos posteriores de Túrius (para onde viajou por certo, dadas as referências cruzadas de vários co-fundadores) e Rhodes é, na verdade, indiferente para a matéria em apreço porque, mesmo não os tendo feito, eles revelam a influência do seu método com clareza, não apenas na ortogonalidade da sua trama viária, mas em vários outros aspetos já mencionados e talvez de maior importância para a história do urbanismo. Essa influência perdura durante a colonização grega da Jónia, como se pode ver em Éfeso e Priene, entre outros aglomerados.

Esta conjectura, acima enunciada, ilustra bem a questão do método hipotético-dedutivo e das suas falências no que toca às questões histórico-sociais.

Como testar a hipótese acima enunciada? Como consolidá-la? As possibilidades de teste empírico são as seguintes:

- › *i.* Encontrar-se o manuscrito ou algum pedaço dele que comprovadamente seja do próprio;
- › *ii.* Encontrar-se alguma cópia desse manuscrito;
- › *iii.* Encontrarem-se referências a esse escrito noutros autores, tal como acontece com Aristóteles, que se refere ao autor, mas nada diz explicitamente (muito embora uma leitura atenta possa inferi-lo) quanto à existência de um escrito – o que é grave para a nossa tese...! Haveria que fazer uma procura sistemática, até porque há autores do século IX (Fócio de Constantinopla, 820-893) que ainda se referem a Hipodamus, e nomeadamente na SUDA, a mais antiga enciclopédia conhecida.

Concluimos que será, muito provavelmente, impossível, do ponto de vista científico *popperiano*, refutar e, dificilmente, consolidar, esta hipótese por incapacidade de teste lógico ou empírico. Não temos outro remédio senão considerá-la metafísica sem valor científico... No entanto ela até tem um certo apelo, pode parecer interessante e inspiradora, sobretudo se se for comparar a realidade construída de Mileto com a do Pireu! Houve progresso real nalgum campo, ou a arqueologia não consegue detetar o que quer que seja, que pudesse identificar um contributo palpável do urbanista em apreço?

Nem só o que é ciência faz aumentar o conhecimento!

É uma pena as “ciências” sociais não serem científicas, pela total impossibilidade de testar em realidade! Bem se poderia arranjar outra designação... como “Área” ou “Ideologia” ou qualquer outra coisa, sem necessitar do consolo de serem ciência, induzindo o leitor em erro...

Examinemos, no entanto, alguns exemplos da História que podem dar contributos para a questão do método na prática urbanística.

Mudando o contexto histórico radicalmente, nos séculos XVIII e XIX atinge-se, pela própria natureza dos problemas enfrentados, uma visão cada vez mais integrada do fenómeno urbano (não vale a pena explicitar). A hipótese é que, do ponto de vista do método, as intervenções concretas na cidade poderão dar-nos uma ideia, indutiva e dedutivamente construída, do gradual predomínio do explícito sobre o implícito nas várias escalas, da diversidade dos métodos em função da escala de intervenção e do setor específico.

Não há exemplo melhor do que a reconstrução de Lisboa após o terremoto. O grande Marquês de Pombal (vulto inigualável da História de Portugal),

ao invés de mandar começar imediata e precipitadamente a reconstrução, dá instruções ao Eng^o Manuel da Maia para pensar e inquirir sobre problemas de método na reconstrução de cidades, desde a localização até à construção das infraestruturas. Maia entrega uma "Dissertação", em três partes, sobre o problema e, de forma aparentemente indutiva mas já com contribuições claramente hipotético-dedutivas, chega a propor métodos de intervenção a que, hoje, chamaríamos de "perequação". Ao passardo seu contributo teórico para a prática, muita coisa mudou (de 3 para 5 pisos de altura edificada), mas as suas principais contribuições estão plasmadas na implementação do projeto e na sua forma. Da redistribuição do solo e modificação cadastral, passando pela rede viária e forma do Terreiro do Paço, a sua influência é clara. Menos na arquitetura e técnicas de construção (a artesanaria organizada), onde pontificavam Mardel e Santos (por ele "nomeados"), mas mesmo assim cumprindo a diretriz do mestre sobre a disciplina, o decoro, a contenção e a uniformidade do edificado.

A importância do método claramente exposto (a preferência enunciada após análise de várias opções) e com resultados comprovados, consolidando a hipótese inicial, revela um processo onde o mesmo tem um lugar central.

Na Londres do final do século XVIII, é requerido (em 1798/1802) ao arquiteto e promotor John Nash, pelo príncipe regente (futuro rei Jorge IV da Grã-Bretanha), criar um parque urbano nos terrenos reais junto a Marylebone, e interligá-lo, por uma sequência de vias criadas através de tecido urbano mais ou menos consolidado, com a mansão do dito regente em The Mall (via de acesso a Buckingham Palace). Nash delinea o parque (paisagisticamente implementado por Repton), vias circundantes e vários edifícios no seu entorno. Estes últimos são imediatamente vendidos, sendo os proventos utilizados para começar paulatinamente a adquirir propriedades de acordo com um traçado pré-definido mas flexível, sem expropriações mas com o "apoio" do Príncipe para a sua aquisição, e nelas erigindo edifícios pequenos, num estilo austero mas elegante, para venda a famílias abastadas. Park Crescent e Portland Place foram sendo assim criadas (na rótula da última Nash desenha e constrói uma Igreja, que é uma beleza de articulação). Sem "fazer sangue" e apenas usando os processos normais do mercado, ainda que algo ajudados pelo peso político do Príncipe, o método continuou, sem grandes planos gerais, mas com uma ideia firme, evitando conflitos que explicam a sua algo estranha geometria, que se afasta da retilinearidade por encontrar terrenos difíceis de comprar. Segue-se-lhe Upper Regent's Street, Regent's Street

(com a famosa perspectiva em curva e restituição de conexões viárias por debaixo de edifícios de 8 pisos) a chegada a Piccadilly com dois edifícios gêmeos a ladear a rua e (virando 90 graus a sul) abre-se finalmente o troço reto de Lower Regent's Street, que deixa entrever, a eixo, a fachada da pequena mansão do Regente, ligando ao Mall e ao Palácio de Buckingham. Uma operação relativamente especulativa que acompanhou Nash para o resto da sua vida. Não são conhecidos grandes relatos do arquiteto sobre a forma e o método de execução, mas ele está bem explícito no *modus faciendi* de toda a operação, que não só induziu substantivas melhorias nas vias criadas e no seu entorno imediato, como também acabou por ser um sucesso financeiro.

O método empírico posto em prática no seu melhor: uma ideia geral/conjectura inicial e inúmeras aplicações/instâncias práticas que confirmam e verificam a possibilidade de aplicação na realidade da “hipótese” inicial.

Outros exemplos seminais são o plano de L'Enfant para Washington (1791), a intervenção de Haussmann em Paris (1853-1870) e de Cerdá (1855) em Barcelona, Madrid e outras cidades espanholas.

No primeiro, a intervenção era em terreno limpo, expropriado e pago aos proprietários fundiários, e depois revendido aos construtores com as infraestruturas feitas, recolhendo o Estado as mais valias do solo destinado a edificação privada, com áreas excecionadas (Casa Branca, Capitólio e, em geral, todos os edifícios públicos). Método claro (aliás repetido nas cidades novas inglesas) mas não explicitado nem teorizado.

Idem com Haussmann, mas, lidando com cidade consolidada e necessitando muito maior rigor técnico: casario de dois ou três pisos adquirido ao abrigo de legislação permitente, remoção das populações para localizações excêntricas, abertura de vias amplas e retas (com o comentário, venenoso, dos seus inimigos, de que assim eram para o fácil desempenho da cavalaria e da artilharia na repressão das revoltas populares – no que, a ser verdade, falhou grosseiramente, dados os acontecimentos de 1871...), construção de infraestruturas e arborização rápida ambas com forma e técnicas inovadoras, construção de grandes edifícios de oito pisos para apartamentos, e por vezes duas “*cours intérieures*” permitindo insolação – a nova morada da florescente burguesia parisiense, que, finalmente, tomava posse da sua cidade. Diga-se em abono da verdade que a visão de Haussmann era global e integrada: incluiu um redesenho da rede ferroviária, construção de novas estações e concretização de uma estrutura verde, bem como várias praças públicas. A intervenção na urbe, de forma geral e completa, mas sem grandes teorizações, embora com

esmero técnico. Considerações metodológicas implícitas, facilmente dedutíveis do material técnico e legal produzido.

Em Cerdá a explicitação do método foi de tal ordem que gerou compêndios de como fazer “urbanização”, termo por ele mesmo cunhado, dando corpo teórico-metodológico ao fazer/expandir a cidade típica do seu século.

Seria uma grosseira injustiça não nomear aqui a vertente anglo-saxónica: Ebenezer Howard e suas descendências corporizadas nos vários programas das New Towns que foram, sem qualquer dúvida, o maior laboratório de urbanismo experimentalista de todos os tempos, carecendo de uma análise aprofundada e aqui impossível, pelo que adiante veremos. Este estudo é sistematicamente posto fora dos programas das escolas portuguesas, não se percebendo porquê! Na sua grande parte em sintonia com os métodos racionalista-sistémicos do pós-2a GG, que ainda hoje perduram e que se podem resumir à sequência “*survey-analysis-plan-implementation-monitorization-retroaction*”. Todo este setor mereceria por si só, análise aprofundada dadas as suas relações com o pensamento de Popper e a capacidade de realização anglo-saxónica.

Só nos anos 80 do passado século são esboçadas alternativas credíveis (Castells, Ascher, Indovina, Secchi); o planeamento estratégico, o pôr a tónica no processo de urbanização e seus agentes como objeto de intervenção e não visar tanto a forma final, são contribuições de relevo, a estudar do ponto de vista metodológico.

Chegados a este ponto corremos o risco de estarmos nós próprios a subverter o método “hipotético-dedutivo” ao indutivamente querer verificar a hipótese através da acumulação de instâncias empíricas verificadoras...!

Isto dito, e neste preciso momento, dou-me conta que já excedi em muito o espaço permitido para este artigo. Tenho que o abortar! Lembro que também o mestre Lefebvre teve que o fazer em relação à enciclopédia de materialismo dialético, de que a “Logique ...” era o primeiro volume, de um total de 8 programados! As razões desse arresto foram políticas, como diz o próprio no prefácio à segunda edição (Anthropos Paris, 1969) e como vimos acima.

No nosso caso a questão, como se vê, é muito, muito mais comezinha... Uma questão de espaço vulgar. Mas, para meu único reconforto, não deixa de ter algum paralelismo, ainda que sem comparação possível.

O que era então este projeto (sonho) inicial ao começar este artigo?

Desenvolver, em detalhe e sistematicamente, a análise da questão metodológica nas múltiplas intervenções propositivas e intencionais (formalizadas num plano ou não) sobre o objeto urbano que ocorreram ao longo da história da urbanização. Como coabitam e se interligam métodos explícitos e implícitos e quais os seus conteúdos ao longo do desenrolar do processo de urbanização? Quais os vários métodos, pois são vários, no âmbito do planeamento urbanístico, às suas diversas escalas? Terão algo em comum? E como se podem transpor para o ensino do mesmo? Qual a contribuição que o(s) método(s) científico(s) podem dar ao urbanismo, prática eminentemente social e política?

Afinal, porquê chamar a atenção, hoje, para a questão do método?

Por se ter, quase como postulado, que o método tem um importantíssimo papel na prática do urbanismo, entendido enquanto disciplina e praxis da organização e normatização da produção do espaço aos vários níveis, do ordenamento territorial/regional ao desenho urbano, passando pelo planeamento urbanístico.

Com mais razão ainda, no seu ensino.

Era aí que pretendia chegar, elaborando a tese de que as questões de método devem sobrepor-se e subtender toda a prática didático-pedagógica, menorizando a problemática do “local de intervenção e tema” que hoje em dia prevalece nos programas das disciplinas de projeto em todas as escolas do ramo.

Infelizmente teremos que deixar o desenvolvimento destas últimas partes para outra ocasião. Só lembraremos que o planeamento urbanístico é a explicitação do método da intervenção humana na urbanização, da mesma forma que “*é sempre um instrumento de uma política*” (segundo F. Indovina).

Lisboa, 20 de Outubro de 2016

referências

- Cerdá, I. (1889). Tratado de Urbanizacion, Barcelona.
- Sartre, J. P. (1960). *Questions de Méthode*, reeditado em 1986, Paris Éditions Gallimard.
- Sartre, J. P. (1960). *Critique de la Raison Dialectique I e II*, Paris: Gallimard.
- Lefebvre, H. (1953). *Perspectives de Sociologie Rurale*, in Cahiers de Sociologie, Paris.
- Lefebvre, H. (1947). *Logique Formelle Logique Dialectique*, Paris: Editions Sociales; reeditado em 1969, Paris, Éditions Anthropos.
- Lefebvre, H. (1946). publicado em 2002, "*Méthodologie des Sciences*", Paris , Anthropos.
- Lefebvre, H. (1947). Critique de la Vie Quotidienne, I – Introduction. Paris, Editions Grasset col. "Les Témoins"; reeditado em 1968, Paris, L'Arche Editeur, col. "Le sens de la marche".
- Lefebvre, H. (1961). *Critique de la Vie Quotidienne II – Fondements d'une Sociologie de la Quotidienneté*, Paris: L' Arche Editeur, col "Le sens de la marche".
- Aristóteles (1965). *Política*, Livro II, Parte 8, Lisboa: Presença
- Popper, K. (1953/1972). The logic of scientific discovery, Londres: Hutchinson
- Popper, K. (1962). *Conjectures and Refutations*, Londres, Hutchinson
- Menendez, J. L. (1997). *Las Fuentes Antiguas sobre el Urbanismo de Hipodamo de Mileto*, in revista D'Art, nº 23, Barcelona.
- Maia, M (1755/56,)Dissertação – em 3 partes, in Ayres, Cristovão, 1910, cxzzxccxz Lisboa: Imprensa Nacional.